

LOGO DMAC (inserir aqui)

REGULAMENTAÇÃO DA MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Este documento apresenta a regulamentação aplicável aos procedimentos de Mediação e Conciliação Extrajudicial, fundamentada nas seguintes normas principais:

1. Lei nº 13.140/2015 – Lei de Mediação.
2. Código de Processo Civil – CPC/2015, arts. 165 a 175.
3. Resolução CNJ nº 125/2010 – Política Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos.

As práticas conduzidas pela DMAC – Câmara de Arbitragem e Mediação Extrajudicial – observam os princípios da confidencialidade, imparcialidade, autonomia da vontade, boa-fé e busca do consenso.

Os acordos firmados entre as partes possuem validade jurídica, constituindo título executivo extrajudicial, conforme art. 20 da Lei 13.140/2015.

Este documento segue as normas gerais da ABNT para estruturação formal em PDF.